PROCESSO : 20183000100351
RECURSO : VOLUNTÁRIO Nº 0258/2020
RECORRENTE : J A SILVA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES -ME
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
JULGADOR : AMARILDO IBIAPINA ALVARENGA
RELATÓRIO : Nº 208/22/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

02 - VOTO DO RELATOR

O presente processo, em março de 2021, foi relatado pelo então julgador Carlos Napoleão, por essa razão, inicialmente ratifico o relatório já elaborado (fls. 44 e 45)

O auto de infração foi lavrado, no dia 22/11/2018, em razão de o sujeito passivo não ter instalado emissor de NFC-e. Diante disso, foi aplicada a multa de 50 (cinquenta) UPF/RO por deixar de usar Emissor de Cupom Fiscal – ECF, quando obrigado pela legislação tributária – a penalidade prevista no artigo 77, XIII, “b”, da Lei 688/96.

O sujeito passivo foi notificado por aviso postal, em 18/12/2018 (fls. 08), apresentou peça defensiva tempestivamente em 15/01/2019 (fls. 10 a 11). Submetido a julgamento de 1ª Instância (fls. 19 a 25), o julgador singular após analisar os autos e a peça impugnativa, considerou que a infração estava comprovada, decidindo pela procedência da ação.

O contribuinte foi notificado da decisão singular pelo DET, com ciência em 23/04/2020 (fls. 26). Inconformado com a decisão, interpôs o Recurso Voluntário, alegando que cumpriu a notificação entregando cupom fiscal junto a Secretaria de Finanças de Rondônia, que no Termo de Início de Fiscalização não foi colocado a data, o que impede de ser contatado prazo de início, ao final, requer a improcedência do Auto de Infração (fls. 28 a 31).

É o breve relato.

02.1- Da análise dos autos e fundamentos do voto.

A exigência tributária decorreu do fato de o sujeito passivo, já obrigado pela legislação, não ter instalado, em seu estabelecimento, o emissor de NFC-e.

O dispositivo da penalidade indicado (art. 77, XIII, "b", da Lei 688) determina a multa de 100 (cem) UPF/RO por deixar de usar Emissor de Cupom Fiscal – EC, quando obrigado pela legislação tributária. No presente caso, por ser a empresa optante pelo Simples Nacional lhe foi aplicada a redução de 50% (cinquenta por cento) no valor da multa (art. 76, § 5º, da Lei 688/96).

Do que consta nos autos, restou incontroverso que a empresa, apesar de na época dos fatos, já estava obrigada (art. 3º, XII, IN 003/2014), não possuía emissor Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e). A questão que se restou controvertida foi se a empresa, por ter se regularizado antes de ser notificada do Auto de Infração, estaria, ou não, acobertada pela denúncia espontânea.

A autuada alega, em sua defesa, que cumpriu a notificação, entregando cupom fiscal junto a Secretaria de Finanças de Rondônia e que no Termo de Início de Fiscalização não foi colocado a data, o que impossibilita ser contatado prazo de início para afastar sua espontaneidade.

Inicialmente, deve ser esclarecido que, a espontaneidade do sujeito passivo é excluída pelo início do procedimento fiscal, que se considera iniciado com a lavratura do termo de início de fiscalização ou de apreensão de mercadoria e documento fiscal; com a lavratura de auto de infração, representação ou denúncia; ou qualquer outro ato escrito, praticado por servidor competente, no exercício de sua atividade funcional, desde que cientificado o ato ao sujeito passivo e, ainda, com qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização tendente à verificação da regularidade fiscal da operação ou prestação, realizado em postos fiscais fixos ou volantes (art. 94 da Lei 688/96). Destaca-se que todos esses documentos devem ser datados, para que, a partir da ciência do sujeito passivo, a sua espontaneidade seja excluída.

É bem verdade que a ausência de qualquer desses atos, e nessa situação da irregularidade pela inexistência da data, não enseja nulidade de uma ação fiscal. Todavia, posterga o prazo de início de contagem para que o contribuinte possa se regularizar, o que aconteceu no presente caso, em que o sujeito passivo instalou o emissor de NFC-e, antes de ter iniciado a prazo de exclusão da espontaneidade, uma vez que apresentou cópia Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica - NFC-e (fls. 38) emitida em 30/11/2018, logo, antes de ser notificado do Auto de Infração, que se deu, por aviso postal, em

18/12/2018 (fls. 08), data em que, consoante a legislação (art. 94 da Lei 688/96), estaria excluída a espontaneidade da autuada.

Dessa forma, diante da ausência de data no Termo de Início de Fiscalização (fls. 03), irregularidade que impossibilita que o ato seja considerado como início do procedimento fiscal, somado ao fato de a empresa ter se regularizado antes de ser notificada do Auto de Infração, restou-se configurada a denúncia espontânea (art. 138 do CTN), afastando-se, assim, a justa causa para a aplicação da penalidade, motivo pelo qual reputa-se improcedente o lançamento feito por meio dessa ação fiscal.

De todo o exposto e por tudo que dos autos consta, conheço do recurso voluntário interposto para dar-lhe provimento, modificando a decisão singular que julgou procedente a ação fiscal para julgá-la improcedente.

É como VOTO.

Porto Velho, 15 de agosto de 2022.

~~Amarino Ibiapina Alvarenga~~
AFTE Cad.
JULGADOR

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : 20183000100351
RECURSO : VOLUNTÁRIO Nº 0258/2020
RECORRENTE : J A SILVA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES -ME
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
JULGADOR : AMARILDO IBIAPINA ALVARENGA

RELATÓRIO : Nº 208/2022/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

ACÓRDÃO Nº. 289/2022/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN.

EMENTA : **MULTA – DEIXAR DE INSTALAR EMISSOR DE NOTA FISCAL DO CONSUMIDOR ELETRÔNICA – INOCORRÊNCIA –**
Demonstrado nos autos que empresa se regularizou antes de ter se iniciada a ação fiscal, pois o sujeito passivo instalou o emissor de NFC-e, antes de ter iniciado a prazo de exclusão da espontaneidade, uma vez que apresentou cópia Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica - NFC-e (fls. 38) emitida em 30/11/2018, logo, antes de ser notificado do Auto de Infração, que se deu, por aviso postal, em 18/12/2018 (fls. 08), data em que, consoante a legislação (art. 94 da Lei 688/96), estaria excluída a sua espontaneidade, configurada, assim, a denúncia espontânea (art. 138 CTN). Infração ilidida. Alterada a decisão singular de precedente para julgar improcedente o Auto de Infração. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, à unanimidade em conhecer do Recurso Voluntário interposto para no final dar-lhe provimento, alterando a decisão de primeira instância de precedente para a **IMPROCEDENTE** o auto de infração, conforme Voto do Julgador Relator, constantes dos autos, que passa a fazer parte integrante da presente decisão. Participaram do julgamento os Julgadores: Amarildo Ibiapina Alvarenga Dyego Alves de Melo, Leonardo Martins Gorayeb e Reinaldo do Nascimento Silva.

TATE. Sala de Sessões, 15 de agosto de 2022.

Anderson Aparecido Arnaut
Presidente

Amarildo Ibiapina Alvarenga
Julgador/Relator